

Dificuldades persistirão em 1984, admite governo

MILANO LOPES
Da sucursal de BRASÍLIA

Uma inflação recorde de 211%; uma queda no produto de 3,9%, podendo ser ainda maior; reservas negativas de quase US\$ 3,0 bilhões, deixando o País totalmente vulnerável no Exterior; índices recordes de recessão e de desemprego são os indicadores do pior desempenho da economia brasileira em todos os tempos, somente aliviada pelo superávit comercial de US\$ 6,5 bilhões, ainda assim à custa de severa compressão das importações, e pelos êxitos da política energética: pico de 432 mil barris diários de produção de petróleo e produção de 8 bilhões de litros de álcool.

Este 1984, segundo ano de vigência da política de ajustamento da economia, negociada com o Fundo Monetário Internacional — FMI — com base na ortodoxia da instituição, também será "um ano difícil", conforme admitem as autoridades econômicas. Para atender aos ainda mais rígidos compromissos com o Fundo Monetário, o governo promoveu uma mudança substancial na condução da política econômica, expressa sobretudo na eliminação dos subsídios ao crédito (agrícola e de exportações) e ao consumo; mudança também expressa numa severa compressão dos investimentos públicos — queda real de 25% em relação a 1983 — e numa tentativa de conter o avassalador crescimento da dívida interna, que encerrou 1983 com um saldo recorde de Cr\$ 25 trilhões e este ano — segundo os planos do governo — deverá estabilizar seu crescimento real, chegando ao final do exercício com um resgate líquido próximo a Cr\$ 1,0 trilhão.

APERTO MONETÁRIO

Em 1983, o orçamento monetário estabeleceu uma taxa anual de 60% para o crescimento dos principais agregados monetários: meios de pagamento (M1) e base monetária. Os dois terminaram o ano se expandindo 90%. Para este ano, a meta fixada foi de 50% para ambos, mas desta vez — prometem as autoridades — ela será fielmente cumprida, por várias razões, inclusive pelo fato de que Staff do FMI não parece disposto a continuar renegociando o programa de ajustamento brasileiro de dois em dois meses, como fez no ano passado, por falta de cumprimento das metas negociadas.

Ao que parece, é grande a disposição do governo de levar adiante seu projeto de controle monetário, pois para o primeiro trimestre fixou metas rígidas de variação da base monetária (2%) e dos meios de pagamento (-3,8%) em relação aos saldos efetivos em 31 de dezembro de 1983.

Isso significa que, nos primeiros três meses do ano, as empresas terão um aperto creditício ainda maior, complicado por novo crescimento das taxas de juros. As dificuldades maiores serão sentidas pelas pequenas e médias empresas, que, além das restrições quantitativas que sempre tiveram de enfrentar, terão agora um dinheiro mais caro, pois para elas o subsídio também acabou: como os produtores rurais e os exportadores, os pequenos e médios empresários pagarão, a partir deste ano, correção monetária integral, mais 3% de juros anuais.

CRESCIMENTO?

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, detalhando a promessa dos ministros do Planejamento e da Fazenda, de que haverá uma reativação da economia no segundo se-



Arquivo
Ikeda: superávit é essencial

mestre, afirma que ela será garantida por uma liberação das importações de matérias-primas essenciais à operação do parque industrial, tendo sido reservados, para este fim, cerca de US\$ 800 milhões, de um total de US\$ 1,3 bilhão que seriam liberados ao setor privado, em decorrência da economia de US\$ 1,0 bilhão na importação de petróleo e de um corte de US\$ 300 milhões nas importações de outras empresas estatais.

Contudo, ele próprio admite que a liberação das importações do setor privado dependerá, essencialmente, do comportamento da balança comercial no primeiro semestre, pois a prioridade é a obtenção do superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões, essencial ao fechamento das contas externas com o FMI e a comunidade financeira internacional.

Trocando em miúdos, isso significa que, se as exportações não apresentarem, já no primeiro semestre, o desempenho esperado, as importações terão de sofrer uma compressão mais violenta para compensar. Nesta hipótese, a abertura permitida pelo petróleo e as matérias-primas e equipamentos das estatais seria absorvida, inteiramente ou em parte, para gerar superávit comercial.

A melhor prova dessa disposição do governo é que, no primeiro trimestre, as empresas só poderão importar, mensalmente, até 7% das exportações efetivamente realizadas no mesmo mês do ano passado. Além disso, a Cacex montou o mais complicado e burocratizado sistema de controle administrativo das importações, com o propósito de impedir que as empresas adquiram matérias-primas e equipamentos no Exterior fora das rígidas regras estabelecidas.

INFLAÇÃO E MAXI

O ano começa com a inflação mensal em declínio e com a expectativa da manutenção dessa tendência por todo o primeiro trimestre, quando se espera que a taxa acumulada seja inferior à do primeiro trimestre do ano passado. A taxa de dezembro de 1983 foi de 7,6% e a de janeiro crescerá para além de 8%, em decorrência do efeito da massa monetária que ingressou na economia no final do ano, mas a de fevereiro retornará aos 7,5% e a de março poderá cair até 6,5 a 6,8%.

Essa tendência deverá ser garantida pelo declínio relativo dos preços agrícolas, que, no ano passado, cresceram 300% contra um IGP de 211%, em decorrência, sobretudo, da quebra de safra, da ordem de 5 milhões de toneladas de grãos. Contudo, as próprias autoridades admitem que os preços agrícolas estão condicionados a dois fatores, até agora imprevisíveis: o primeiro, o efeito da eliminação dos subsídios, cuja compensação deverá ser efetuada via sistema de preços, pressupondo-se, portanto, uma elevação considerável; o segundo, o tempo, pois a repetição dos desastres climáticos que afetaram o Centro-Sul (enchentes) e o Nordeste (seca) poderá gerar novo quadro de escassez de alimentos, sobretudo porque os estoques estão zerados.

Há, também, a questão, ainda em aberto, da maxidesvalorização. Embora as autoridades econômicas insistam em afirmar que 1984 não terá nova maxi, os exportadores não acreditam nisso e apostam numa alteração cambial de 15% a 25%, entre março e junho, sobretudo se persistir a tendência de valorização do dólar frente às moedas europeias e ao iene, que tem o efeito de reduzir a competitividade das exportações brasileiras para a Europa e o Japão.